

**BANCO STANDARD DE INVESTIMENTOS S.A.**



**RELATÓRIO QUANTITATIVO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES REFERENTES À  
GESTÃO DE RISCOS, AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE) E À  
ADEQUAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)**

**2ºT 2011**

## **1. Introdução**

O Banco Standard de Investimentos possui uma estrutura de gerenciamento de riscos a fim de garantir a estabilidade da instituição financeira a longo prazo, bem como transparência na divulgação de informações referentes à gestão de riscos.

O presente relatório tem como objetivo o atendimento à Circular nº 3.477/09 do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à Gestão de Riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e ao Patrimônio de Referência (PR).

Este relatório deve ser analisado em conjunto com os aspectos qualitativos dispostos na Estrutura de Gerenciamento de Riscos, divulgados no site da instituição:

[www.standardbank.com/brasil](http://www.standardbank.com/brasil)

## **2. Estrutura de Gerenciamento de Riscos**

Consideramos que ter uma efetiva estrutura de gestão de riscos é parte fundamental na condução de nossos negócios. A estrutura estabelecida permite o gerenciamento contínuo e integrado dos riscos de crédito, mercado e liquidez, operacional, jurídico e de compliance.

Buscamos o adequado equilíbrio entre risco e retorno e mantemos investimentos para aprimorar constantemente os processos, políticas e ferramentas de gestão de riscos para garantir a segurança das operações, atuando de forma preventiva e assegurando que o crescimento dos negócios aconteça em um ambiente apropriado de controle.

A alta administração é envolvida em todas as iniciativas relevantes inerentes a gestão de riscos sendo que a estrutura de governança propicia adequada avaliação dos riscos incorridos pelo banco bem como o efetivo gerenciamento dos mesmos. Além disso, conta com níveis de alçadas tanto individuais como colegiadas levando-se em conta a independência necessária para a tomada das decisões.

Para isto, há o apoio de diferentes Comitês de Risco (Crédito, Mercado, Liquidez, Operacional e Regulatório), que definem os limites técnicos bem como as políticas de gestão de riscos que incluem entre outros, aspectos de identificação, mensuração, monitoramento e controle das operações. Dessa forma, os comitês têm a responsabilidade de exercer a função de supervisão e monitoramento do perfil de riscos específicos bem como agregados dos portfólios.

Além disso, os comitês desenvolvem ações técnicas com o objetivo de subsidiar as decisões da Administração, para minimizar as perdas e eliminar os impactos sobre o negócio, priorizando a prudência sobre altos retornos, sem comprometer a rentabilidade da instituição.

### **Comitê de Gerenciamento de Ativos e Passivos (“*Asset and Liability Committee, ALCO*”)**

O ALCO é responsável pela administração do balanço patrimonial (ativos e passivos), incluindo riscos de mercado e liquidez. O Objetivo do ALCO é garantir uma administração de balanço responsável, prudente e em linha com as diretrizes do Grupo Standard, incluindo decisões sobre captação de recursos (funding) de longo prazo. ALCO é responsável pelo uso eficiente do capital, respeitando os limites operacionais e regulatórios, bem como a concentração entre clientes. ALCO também monitora a aderência, revisa e propõe alterações nas políticas relacionadas à gestão de Risco de Mercado e Liquidez e de precificação de ativos.

### **Comitê de Infra-estrutura e Negócios (“*Business and Infrastructure Committee, BIC*”)**

Cabe ao BIC criar e incentivar a comunicação entre as áreas de negócios, risco e infra-estrutura, facilitando de uma maneira adequada à execução da estratégia do Grupo Standard Bank para o Brasil (incluindo comunicações no geral, prioridades estratégicas e operações do dia-dia). Em linhas gerais, o BIC é responsável (i) pelo controle do processo de aprovação de novos produtos; (ii) por coordenar e priorizar projetos entre as áreas de negócios, infra-estrutura e tecnologia da informação; (iii) pela supervisão da eficácia dos controles internos e também pelo gerenciamento do risco operacional.

### **Comitê de Crédito (“*Credit Committee*”)**

Cabe ao CredCo decidir sobre a aquisição de todos os ativos que contenham risco de crédito (Investment Banking e Global Markets, por exemplo). Coordenar a transferência de tais ativos para

a área de recuperação de créditos inadimplidos (Business Support & Recovery). Revisar, a todo o momento, os riscos de crédito do portfólio e seus níveis de concentração.

### **3. Identificação e Análise de Risco**

#### **3.1. Risco de Crédito**

A Gerência de Risco de Crédito tem a responsabilidade de revisar todas as propostas para assegurar o cumprimento das políticas e regras internas, além de coordenar o comitê de crédito e o trabalho dos analistas de crédito.

#### Principais Políticas utilizadas na Gestão de Risco de Crédito

- Padrão de Risco de Crédito
- Política de Crédito
- Política de Classificações de Risco de Crédito
- Atribuição de Rating de Crédito conforme Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil

#### Metodologia para estabelecer limites às exposições sujeitas a risco de crédito

Qualquer avaliação de uma contraparte/devedor deve incluir informações mínimas como capacidade de geração de caixa, capital e estrutura de financiamento, qualidade/sustentabilidade das receitas e razão do financiamento proposto e histórico de liquidações anteriores entre outras.

Todos os limites de Crédito devem ser revisados pelo menos uma vez ao ano ou com maior frequência se houver preocupações ou essa exigência segundo as cláusulas da aprovação original.

#### Sistemas de Gestão de Crédito e modelos de mensuração de risco de crédito

Todos os dados relacionados a Crédito de contraparte do CIB-I (ou seja, limites, classificação de risco, gestor de crédito responsável, datas das revisões e exposições, etc.) são capturados e monitorados em um sistema central de gestão de risco de Crédito (Adaptiv).

A mensuração do risco de crédito dos produtos do CIB-I é definida como:

- Produtos primários: correspondem à EAD (Exposure at Default) proveniente de atividades de empréstimo ou de produtos bancários relacionados como cartas de crédito (LCs), garantias, garantias firmes em caso de emissão de títulos mobiliários, saques a descoberto etc. mantidas para ser o montante nocional integral do montante emprestado mais quaisquer linhas de crédito compromissadas, mas não utilizadas.
- Derivativos: produtos que podem acarretar riscos do emissor, de pré-liquidação e/ou de liquidação que são menos diretos.

Os limites de crédito e exposições sobre derivativos são ponderados pelo risco com base em estimativas padronizadas de possíveis exposições adversas futuras de marcação a mercado. As ponderações aplicadas dentro dessas metodologias baseiam-se na Liquidez, Nível de Confiança exigido de 95% e Prazo.

#### Mitigadores de Risco de Crédito

Garantias devidamente documentadas (aval, fiança, etc) resultarão em uma obrigação garantida tendo a mesma classificação de risco de contraparte que a do responsável pela garantia. Da mesma forma, obrigações garantidas por Cartas de Crédito incondicionais receberão uma classificação de risco de contraparte igual à do emissor.

Seguros de crédito podem ser considerados uma redução de exposição e/ou fator de redução de riscos aceitável com relação a empréstimos e/ou Posições não negociáveis.

#### Eficácia das garantias e provisões relativas às operações de crédito

O BSI mantém nas áreas de risco e de negócios especialistas responsáveis por assegurar que a documentação das transações sujeita a risco de crédito são válidas, executável e em conformidade com os termos aprovados pela área de Crédito.

O departamento operacional, que é segregado da diretoria de Riscos, é responsável pelo monitoramento das condições de crédito, como, por exemplo, *covenants* e chamada de margens em operações de derivativos, durante a vida da operação.

O sistema de ratings interno do CIBI, assim como a escala de ratings da Res. 2.682, atribui a cada rating um valor de provisionamento. No procedimento da Res. 2.682, para uma dada classificação de risco o correspondente provisionamento é obrigatório.

Nossa política é de basear os ratings atribuídos no escopo da Res.2.682 nos ratings internos do CIBI numa relação “de para” cujo principal parâmetro de relacionamento, mas não único, é a provisão.

### Gestão de Portfólio

A área de crédito do BSI elabora um relatório mensal do portfólio de crédito com foco nas evoluções e tendências de concentrações de riscos do portfólio. Os principais pontos abordados no relatório de portfólio mensal são: concentração dos maiores clientes, concentração em cada faixa de classificação, concentração setorial, classificação de risco média do portfólio e andamento dos processos em fase de recuperação e/ou reestruturação de crédito.

### Novos produtos de crédito

Todo e qualquer novo negócio, reestruturação de produto existente, novo sistema, alteração de sistema ou jurisdição que possam se traduzir em risco de Crédito ou aumento do risco de Crédito existente precisa ser aprovado pela área de Aprovação de Crédito como parte dos procedimentos para a aprovação de Novos Produtos.

## **3.2. Risco Operacional**

A Gerência de Risco Operacional tem como objetivos:

- Liderar o gerenciamento de risco operacional, inclusive estabelecendo políticas e procedimentos apropriados;
- Promover conscientização de risco;
- Desafiar de forma construtiva os negócios a demonstrar que os riscos operacionais estão sendo gerenciados apropriadamente;
- Revisar e recomendar anualmente aperfeiçoamentos para a administração em relação a riscos operacionais;

- Apoiar a identificação, avaliação, monitoramento e controle do risco operacional;
- Responder a preocupações sobre riscos operacionais significativos;
- Apoiar a administração no cumprimento de sua responsabilidade por manter um ambiente de controle eficaz;
- Avaliar as implicações de risco operacional de qualquer problema levantado por auditoria interna ou externa; e
- Fornecer relatórios regulares para a administração sobre o perfil do risco operacional, bem como os incidentes operacionais.

### Definição de Risco Operacional

Risco Operacional é definido como risco de prejuízo resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos, ou de eventos externos. Esta definição inclui riscos de tecnologia da informação e riscos jurídicos, mas exclui riscos reputacionais e riscos estratégicos.

As categorias de risco operacional englobam:

- Risco de Processamento
- Risco de Sistemas
- Risco de Pessoas, e
- Riscos de Eventos Externos

### Metodologia de Risco Operacional

O gerenciamento de Risco Operacional é feito de maneira descentralizada por cada uma das áreas de negócios e suporte do banco. Risco Operacional é responsável por facilitar esse gerenciamento através de suas ferramentas:

- Coleta de Incidentes de Risco Operacional;
- Auto-Avaliação e mensuração dos processos críticos de cada área;
- Definição de Indicadores Chave de Risco.

O registro das informações referentes a Risco Operacional é feito em sistema de plataforma global. Dessa maneira é possível produzir relatórios gerenciais que facilitem o processo de gestão dos riscos. Os relatórios de atividades de gerenciamento de Risco Operacional são apresentados mensalmente para a Diretoria no Comitê Executivo de Infraestrutura, *BIC*.

### Principais Políticas utilizadas na Gestão de Risco Operacional

- Princípios para Gestão do Risco Operacional;
- Política de Indicadores Chave de Risco;
- Política para Reporte de Incidentes de Risco Operacional;
- Política de Auto-Avaliação dos Riscos Operacionais.

### Apetite ao Risco e Tolerância

Um princípio que deve estar acima de todos no gerenciamento de risco operacional é que a eliminação total da exposição de todo o risco operacional não é um objetivo a ser alcançado.

O processo de tomada de decisão em seguida à identificação e avaliação de risco deve ser baseado na consideração da exposição ao risco em relação ao apetite e tolerância ao risco.

A Diretoria Executiva definirá os níveis gerais de apetite e tolerância ao risco, aos quais são monitorados e gerenciados regularmente. Tais riscos deverão ser distribuídos regressivamente até os níveis em que o proprietário do risco é responsável por gerenciar a sua exposição ao risco.

### **3.3. Risco de Mercado e Liquidez**

A Gestão de Riscos de Mercado é o processo pelo qual a instituição administra e controla os riscos potenciais de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros. Seus principais objetivos são: controlar a exposição ao risco de mercado e otimizar a relação risco-retorno através do uso de modelos e ferramentas de gestão.

Quanto ao risco de liquidez, a área de risco tem como objetivo prover a administração com informações relevantes a fim de assegurar que a instituição seja capaz de honrar seus compromissos no vencimento sem acarretar em uma elevação de custos indesejada. Se uma única instituição falha neste compromisso, todo o sistema financeiro pode sofrer repercussões. Este risco pode ser classificado em risco de liquidez de fluxo de caixa e risco de liquidez de mercado.



### **3.3.1. Risco de Mercado**

#### Definição do Risco de Mercado

Risco de Mercado pode ser definido como a perda potencial decorrida de oscilações dos preços de mercado ou parâmetros que influenciam os preços de mercado. O que inclui o risco relacionado à variação cambial, taxa de juros, preços de ações, de mercadorias (commodities), entre outras.

O Risco de Mercado pode ser dividido entre risco sistemático e não-sistemático (ou específico). Risco de mercado sistemático é o efeito adverso da oscilação de preços devido a mudanças nas condições gerais do mercado. Já o risco de mercado não-sistemático é o efeito adverso da oscilação de preços de um determinado ativo devido a fatores específicos inerentes a ele.

O Risco de Mercado para instrumentos financeiros podem ser dividido entre os seguintes elementos:

- Risco de Taxa de Juros
- Risco de Ações
- Risco Cambial
- Risco de Commodities

#### Principais Políticas utilizadas na Gestão de Risco de Mercado

- Manual dos Limites de Risco de Mercado (Market Risk Limits Manual)
- Política de Stop Loss
- Política de Stress-Test de Risco de Mercado
- Política de Mensuração de Risco das Operações Não-Classificadas na Carteira de Negociação

#### Definição de Limites de Risco de Mercado

O processo de tomada de decisão em seguida à identificação e avaliação de risco deve ser baseado na consideração da exposição ao risco em relação ao apetite e tolerância ao risco.

O apetite ao risco é definido como a natureza e quantidade de risco que a instituição está disposta a aceitar de modo a conduzir seus negócios de maneira eficiente em relação ao custo, de acordo com suas estratégias e objetivos de negócios e dentro dos limites legais e normativos.

Os limites de Risco de Mercado são propostos em sintonia com a área de negócios. A aprovação dos mesmos é feita pelo BSI-ALCO, com a participação da área Internacional de Risco de Mercado do Grupo Standard.

#### Metodologia de Cálculo do Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por cinco principais tipos de medidas: posições, sensibilidades, testes de estresse, o “Value-at-Risk” e, de forma complementar, o “Backtesting”. Todas elas são calculadas e acompanhadas periodicamente, e integradas melhoram a análise e percepção sobre o quadro de risco ao qual a instituição financeira está exposta.

#### Mensuração e Relatórios de Risco de Mercado

A finalidade da preparação dos relatórios de risco de mercado é prover todas as informações relevantes a todas as áreas relacionadas de forma consistente e oportuna.

Toda informação contida nos relatórios de risco de mercado tem como objetivo o auxílio no monitoramento e gerenciamento de mitigação de riscos de mercado.

Assim, os principais relatórios disponibilizados pela área de Risco de Mercado são:

- Relatórios Diários de Risco, Limites e Posições;
- Relatórios Periódicos de Teste de Estresse;
- Relatórios Periódicos de Backtesting;
- Relatórios de Risco de Emissor (Issuer Risk).

#### Sistemas de Risco de Mercado

O risco de mercado é monitorado e controlado por meio de alguns sistemas e ferramentas desenvolvidos localmente pela área de tecnologia, como também de sistemas utilizados globalmente pelo Standard Bank Group.

Qualquer implementação nova em termos de sistemas é submetida a procedimentos de testes de verificação pelos diversos usuários envolvidos.

Além disso, todos os processos de precificação e modelagem adotados nos sistemas do Grupo são objeto de validação por áreas independentes.

### **3.3.2. Risco de Liquidez**

#### Definição de Risco de Liquidez

O risco de liquidez de fluxo de caixa pode ser definido como sendo a possibilidade da ocorrência de descasamentos entre os pagamentos e os recebimentos que afetem a capacidade de pagamento da instituição.

O risco de liquidez de mercado pode ser ocasionado pela perda na liquidação de uma posição de participação relativamente significativa no mercado e/ou de uma estratégia de liquidação acordada e/ou de características da operação e/ou da perda de valor dos ativos que compõem a liquidez.

#### Principais Políticas utilizadas na Gestão de Risco de Liquidez

##### Política e Gerenciamento do Risco de Liquidez

- Gerenciamento Diário e Monitoramento de Limites
- Limites
- Moedas Estrangeiras
- Liquidez Intra-Grupo

#### Definição de Limites de Risco de Liquidez

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez estabelece limites máximos para os descasamentos entre vencimentos de ativos e passivos. Para as faixas de vencimento até um ano, em bases cumulativas, os valores agregados de entradas de caixa menos as respectivas saídas de caixa agregadas não deverão exceder percentuais de depósitos pré-definidos.

Excessos sobre os limites devem ser imediatamente notificados ao ALCO e ações apropriadas deverão ser acordadas.

#### Plano de contingência para situações de crise de liquidez

O plano de contingência de liquidez tem como objetivo minimizar, o máximo possível, o impacto de uma crise de liquidez por meio da definição de uma estrutura de governança que:

- Apresente detalhes de como o Banco responderá a um problema de liquidez, incluindo a identificação antecipada, processo de escalada e diretrizes para o gerenciamento durante a crise de liquidez;
- Possibilite um entendimento do impacto que uma crise de liquidez pode ter para todas as partes envolvidas (*stakeholders*);
- Identifique informações essenciais para o gerenciamento da crise;
- Registre os tipos e as possíveis causas de uma crise de liquidez;
- Incorpore o princípio do prestador de último recurso (*lender of last resort*) na eventualidade de o Banco não conseguir bons resultados em suas iniciativas para lidar com a crise de liquidez devido tanto ao fato de a crise ter sido causada por um fator devastador ou no caso de o Banco não dispor de capital suficiente;
- Defina a seqüência em que cada fonte de liquidez será acionada;
- Identifique outras possíveis ações a serem tomadas sob situações de contingência.

#### Testes de Estresse de Liquidez

Além dos relatórios regulares demonstrando as posições de descasamentos de liquidez contra respectivos limites e linhas-mestras (*guidelines*), a área de risco de mercado e liquidez é responsável por implantar testes de stress de liquidez. As variáveis e premissas adotadas para os testes de Estresse de Liquidez, assim como seus resultados são analisados periodicamente pelo ALCO.

Os Testes de Estresse de Liquidez do BSI seguem o padrão estabelecido pelos Standards de Liquidez do Grupo e dividem-se:

- Caso Base: cenário normal
- Estresse de Mercado: estresse de liquidez originado por crise de mercado
- Estresse da Firma: estresse de liquidez por problema específico da firma
- Estresse Combinado: combinação dos cenários mercado e firma.

Os resultados dos testes de estresse de liquidez são analisados levando em consideração limites estabelecidos para cada cenário em termos de período mínimo de sobrevivência.

## INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS

### 4. Informações do Patrimônio de Referência (PR)

O Patrimônio de Referência é calculado a partir da soma do PR Nível I e PR Nível II, menos as deduções previstas nos art. 3º, 4º e 5º da Resolução 3.444/07 do Banco Central do Brasil e do destaque de capital, deduzido exclusivamente para fins de limites operacionais, previsto na Resolução 2.827/01 do Banco Central do Brasil.

Apresentamos a seguir o detalhamento da apuração do Patrimônio de Referência (PR):

	T2 2011	T1 2011
		R\$.000
<b>Patrimônio de Referência</b>	<b>315.076</b>	<b>304.413</b>
<b>Patrimônio de Referência Nível I</b>	<b>312.386</b>	<b>301.116</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	320.250	<b>304.421</b>
<b>(-) Redução dos ganhos/perdas de ajustes a valor de mercado conforme Resolução n° 3.444/07 do CMN</b>	(2.690)	<b>(3.297)</b>
<b>(-) Excesso de Crédito Tributário em Relação ao PR de Nível I</b>	(5.174)	<b>(8)</b>
<b>Patrimônio de Referência Nível II</b>	<b>2.690</b>	<b>3.297</b>
<b>(+) Soma dos ganhos/perdas de ajustes a valor de mercado conforme Resolução n° 3.444/07 do CMN</b>	<b>2.690</b>	<b>3.297</b>

## 5. Detalhamento do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e limite de compatibilização do Patrimônio de Referência ( PR)

O Patrimônio de Referência Exigido é calculado de acordo com a Resolução 3.490/07.

O limite de compatibilização do Patrimônio de Referência (PR) é calculado em função da margem do PR em relação ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE). De acordo com a regulamentação vigente, o valor do PR deve ser superior ao valor do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), sendo que este deverá ser calculado considerando, no mínimo, a soma das seguintes parcelas:

$$PRE = PEPR + PCAM + PJUR + PCOM + PACS + POPR, \text{ em que:}$$

PEPR = parcela referente às exposições ponderadas pelo fator de ponderação de risco a elas atribuído;

PCAM = parcela referente ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial;

PJUR = parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros e classificadas na carteira de negociação;

PCOM = parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de mercadorias (commodities);

PACS = parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de ações;

POPR = parcela referente ao risco operacional;

Além das parcelas acima, os fatores abaixo também são computados para efeitos de compatibilização do Patrimônio de Referência (PR):

RBan = parcela referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real das operações não classificadas na carteira de negociação, na forma da Circular nº 3.365/07.

Índice de Basileia: conceito internacional definido pelo Comitê de Basileia que recomenda a relação mínima entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). No Brasil, o requerimento mínimo de capital é de 11%, conforme exigências regulamentares.

Demonstramos abaixo o detalhamento da apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE):

	T2 2011	T1 2011
R\$.000		
<b><u>Risco de Crédito</u></b>		
Operações de Crédito	8.696	12.183
Operações com TVM	7.843	4.291
Operações com Derivativos	39.766	37.174
Créditos Tributários	14.283	16.089
Outros Ativos	18.358	10.379
<b>Total Alocado</b>	<b>88.946</b>	<b>80.116</b>
<b><u>Risco de Mercado - Carteira Trading</u></b>		
Taxa de Juros	61.605	62.524
Prefixada	7.900	7.269
Cupom de Moeda Estrangeira	53.453	47.357
Cupom de Índice de Preços	252	7.898
Ações	940	4.378
Exposição em Moedas Estrangeiras e Câmbio	-	-
<b>Total Alocado</b>	<b>62.545</b>	<b>66.902</b>
<b>Risco Operacional - Total Alocado</b>	<b>15.291</b>	<b>15.291</b>
<b><u>Principais Valores</u></b>		
Patrimônio de Referência	315.076	304.413
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	166.782	162.309
Índice de Basileia	20,78%	20,63%
Margem (Folga de Capital)	148.294	142.104
Risco de Taxa de Juros da Carteira Banking (RBAN)	83	27

## 6. Exposições a Risco de Crédito

### I - Valor total das exposições e valor da exposição média no trimestre

	R\$.000	
	T2 2011	T1 2011
<b>Total de Exposições</b>	<b>1.021.559</b>	<b>969.959</b>
<b>Média do Trimestre</b>	<b>1.059.149</b>	<b>1.059.085</b>

#### a. Valor total das exposições por Fator de Ponderação de Riscos (FPR)

	R\$.000	
	T2 2011	T1 2011
<b>FPR</b>	<b>Valor Total da Exposição</b>	<b>Valor Total da Exposição</b>
<b>20%</b>	13.056	25.686
<b>50%</b>	511.360	562.653
<b>100%</b>	455.039	351.500
<b>300%</b>	36.930	30.120
<b>(300)%</b>	5.174	
<b>Total</b>	<b>1.021.559</b>	<b>969.959</b>



b. Países e regiões geográficas com exposições significativas

<u>País / Região</u>	R\$.000	
	<b>T2 2011</b>	<b>T1 2011</b>
	<u>Valor Exposição</u>	<u>Valor Exposição</u>
<b>Brasil / Sudeste</b>	1.008.503	944.273
<b>Estados Unidos / Nova Iorque</b>	3.594	16
<b>Holanda / Amsterdã</b>	9.228	25.553
<b>Outros</b>	234	117
<b>Total</b>	<b>1.021.559</b>	<b>969.959</b>

c. Setor econômico

<u>Setor Econômico</u>		
	<b>T2 2011</b>	<b>T1 2011</b>
	<u>Valor Exposição</u>	<u>Valor Exposição</u>
<b>Setor Público - Indústria</b>	1.310	3.275
<b>Setor Privado - Comércio</b>	33.152	49.159
<b>Setor Privado - Indústria</b>	45.900	48.573
<b>Setor Privado - Outros</b>	238.347	156.869
<b>Instituições Financeiras/Autorizadas a funcionar pelo Bacen</b>	581.160	602.168
<b>Outros</b>	121.690	109.915
<b>Total</b>	<b>1.021.559</b>	<b>969.959</b>

## II - Percentual das exposições dos dez maiores clientes em relação ao total das operações com característica de concessão de crédito

	R\$.000	
	T2 2011	T1 2011
Percentual das exposições dos dez maiores clientes	68,53%	73,89%

## III - Montante das operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações já baixadas para prejuízo, segregado nas seguintes faixas

	R\$.000	
	T2 2011	T1 2011
a) atraso até 60 dias;		2.667
b) atraso entre 61 e 90 dias;	-	-
c) atraso entre 91 e 180 dias; e	3.178	2.149
d) atraso acima de 180 dias;	-	-
<b>Total das operações em atrasos</b>	<b>3.178</b>	<b>4.816</b>

## IV – Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	R\$.000	
	T2 2011	T1 2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.520	23.480

As recuperações de créditos totalizaram R\$ 23.538 mil no primeiro semestre de 2011, sendo R\$ 3.272 mil referente à recuperação de créditos baixados como prejuízo e R\$ 20.266 mil em reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa, refletindo nossos esforços na área de recuperação de ativos, iniciado a partir de 2009.

O Banco determina os níveis de provisionamento de crédito de acordo com a Resolução do Bacen 2682/00 e não considera as garantias reais recebidas como mitigantes para efeitos de provisionamento.

## 7. Instrumentos mitigadores do risco de crédito

### a) Instrumentos mitigadores de Risco de Crédito e FPRs por tipo de operação:

R\$.000

<u>Tipo de Operação</u>	<u>FPR</u>	<u>Tipo de Mitigador</u>	<u>T2 2011</u>	<u>T1 2011</u>
			<u>Valor Total Mitigado</u>	<u>Valor Total Mitigado</u>
Operações Compromissadas - Compra com compromisso de revenda.	100%	Títulos públicos federais	72.796	474.393
Operações Compromissadas - Venda com compromisso de recompra.	100%	Títulos públicos federais	118.304	202
Derivativos - Valor de Reposição	50%	Garantias Instituições Financeiras	316.502	240.674
<b>Total</b>			<b>507.602</b>	<b>715.270</b>

### b) Valor dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte, incluindo derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos, operações compromissadas.

R\$.000

	<u>T2 2011</u>	<u>T1 2011</u>
Exposição Global Bruta	1.529.161	1.685.229
Mitigadores de Risco	507.602	715.270
Exposição Global Líquida	1.021.559	969.959

## 8. Risco de Crédito da Contraparte

I - Valores dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte, incluindo derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas.

a) Contratos em que a Câmara atue como Contraparte Central:

	T2 2011	T1 2011
		R\$.000
<b>Valor Nocial</b>	<b>7.055.517</b>	<b>7.466.011</b>

b) Contratos em que a Câmara não atue como Contraparte Central:

	T2 2011	T1 2011
Balcão Organizado de Ativos e Derivativos - Sem Garantia	7.133.417	7.467.161
Balcão Organizado de Ativos e Derivativos - Com Garantia	2.369.719	2.527.179
Aplicações em Operações Compromissadas	72.796	474.393
<b>Valor Nocial</b>	<b>9.575.932</b>	<b>10.468.733</b>

## 9. Risco de Mercado

Detalhamos abaixo a segregação da carteira de negociação por fator de risco de mercado relevante, segmentado entre posições compradas e vendidas:

### I - Valor Total da Carteira de Negociação, por fator de risco de mercado relevante.

<b>Fator de Risco</b>	<b>T2 2011</b>		<b>T1 2011</b>	
	<b>Compradas</b>	<b>Vendas</b>	<b>Compradas</b>	<b>Vendas</b>
Pré	4.807.626	4.619.467	4.251.035	3.360.771
Cupom moeda - dólar dos EUA	6.634.537	6.291.097	8.427.576	7.470.603
Cupom de índice de preços - IPCA	97.540	99.767	182.009	91.295
Percentual CDI ≠ 100%	1.166.301	946.318	1.924.499	1.718.157
Moeda Estrangeira - Dólar dos EUA	6.257.510	6.206.370	7.246.115	7.199.163
Moeda Estrangeira - Euro	349.689	362.395	360.084	352.024
Moeda Estrangeira - Iene	89	-	90	-
Ações - Emissores no Brasil	5.834	-	7.674	-

### II - Exposição a instrumentos financeiros derivativos, por categoria de fator de risco segregada entre posições compradas e vendas, subdivididos em exposições com e sem contraparte central.

#### a) Exposição a Instrumentos Financeiros Derivativos – Com Contraparte Central

<b>Fator Risco</b>	<b>T2 2011</b>		<b>T1 2011</b>	
	<b>Compradas</b>	<b>Vendas</b>	<b>Compradas</b>	<b>Vendas</b>
Taxa de Juros	4.965.572	1.340.296	5.237.622	725.718
Taxa de Câmbio	2.436.643	740.832	2.503.707	877.782
Preços de Ações	1.244	-	3.084	-
Preços de Mercadorias	-	-	-	-

b) Exposição a Instrumentos Financeiros Derivativos – Sem Contraparte Central

<b>Fator de Risco</b>	<b>T2 2011</b>		<b>T1 2011</b>	
	<b>Compradas</b>	<b>Vendas</b>	<b>Compradas</b>	<b>Vendas</b>
Taxa de Juros	6.315.291	9.833.875	8.109.857	11.582.264
Taxa de Câmbio	3.690.718	4.824.854	4.645.701	5.721.366
Preços de Ações	-	-	-	-
Preços de Mercadorias	-	-	-	-

R\$.000